

# Relatório Anual 2015

Relatório da Administração

Indicadores

Balanco e Demonstrações Financeiras

Notas Explicativas

Relatório da Auditoria

Parecer do Conselho Fiscal

Movimentação do FATES



**SICOOB**  
Cecremef

## RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Senhores Associados,

Submetemos à apreciação de V.s.as as demonstrações contábeis do exercício de 2015 da Cooperativa de Economia e Crédito Mútuo dos Empregados de Furnas e das Demais Empresas do Sistema Eletrobrás Ltda. - SICOOB CECREMEF, na forma da Legislação em vigor.

### 1. Política Operacional

Em 2015 o SICOOB CECREMEF completou 54 anos mantendo sua vocação de instituição voltada para fomentar o crédito para seu público alvo, os cooperados. A atuação junto aos seus cooperados se dá principalmente por meio da concessão de empréstimos e de captação de depósitos.

### 2. Avaliação de Resultados

No exercício de 2015, o SICOOB CECREMEF obteve um resultado de R\$ 2.039.544,50 representando um retorno anual sobre o patrimônio líquido de 3,54%.

### 3. Ativos

Os recursos depositados na centralização financeira somaram R\$ 275.476.737,68. Por sua vez a carteira de créditos representava R\$ 82.537.127,39.

A carteira de crédito encontrava-se assim distribuída:

Carteira comercial	R\$ 82.537.127,39	100%
--------------------	-------------------	------

Os vinte maiores devedores representavam na data-base de 31/12/2015 o percentual de 3,49% da carteira, no montante de R\$ 2.949.676,50.

### 4. Captação

As captações, no total de R\$ 302.438.300,92, apresentaram uma evolução em relação ao mesmo período do exercício anterior de 15,70%. As captações encontravam-se assim distribuídas:

Depósitos à Vista	R\$ 11.725.826,46	3,88%
Depósitos a Prazo	R\$ 290.712.474,46	96,12%

Os vinte maiores depositantes representavam na data-base de 31/12/2015 o percentual de 19,11% da captação, no montante de R\$ 55.259.407,01.

### 5. Patrimônio de Referência

O patrimônio de referência do SICOOB CECREMEF era de R\$ 57.531.516,76. O quadro de associados era composto por 9.869 cooperados, havendo um acréscimo de 2,03% em relação ao mesmo período do exercício anterior.

### 6. Política de Crédito

A concessão de crédito está pautada em prévia análise do propen- so tomador, havendo limites de alçadas pré-estabelecidos a serem observados e cumpridos, cercado ainda a cooperativa de todas as con- sultas cadastrais e com análise do risco do associado e de suas opera- ções por meio do "rating" (avaliação por pontos), buscando assim garantir ao máximo a liquidez das operações.

O SICOOB CECREMEF adota a política de classificação de crédito de sua carteira de acordo com as diretrizes estabelecidas na Resolução CMN nº 2.682/99, havendo uma concentração de 97,74% nos níveis de "AA" a "C".

### 7. Governança Corporativa

Governança corporativa é o conjunto de mecanismos e controles, inter- nos e externos, que permitem aos associados definir e assegurar a exe- cução dos objetivos da cooperativa, garantindo a sua continuidade, os princípios cooperativistas ou, simplesmente, a adoção de boas práticas de gestão.

Nesse sentido, a administração da cooperativa tem na assembleia geral, que é a reunião de todos os associados, o poder maior de decisão.

A gestão da cooperativa está alicerçada em papéis definidos, com clara separação de funções. Cabem à Diretoria Executiva as decisões estratégicas e a gestão dos negócios da cooperativa no seu dia a dia.

A cooperativa possui ainda um agente de controles internos, supervisionado diretamente pelo SICOOB CENTRAL RIO, que, por sua vez, faz as auditorias internas.

Os balanços da cooperativa são auditados por auditor externo, que emite relatórios, levados ao conhecimento da diretoria. Todos esses processos são acompanhados e fiscalizados pelo Banco Central do Brasil, órgão ao qual cabe a competência de fiscalizar a cooperativa.

Estes mecanismos de controle, além de necessários, são fundamen- tais para levar aos associados e à sociedade em geral a transparência da gestão e de todas as atividades desenvolvidas pela instituição.

### 8. Conselho Fiscal

Eleito trienalmente na AGO, com mandato até a AGO de 2016, o Conselho Fiscal tem função complementar a da Diretoria. Sua respon- sabilidade é verificar de forma sistemática os atos da administração da cooperativa, bem como validar seus balancetes mensais e seu balanço patrimonial anual.

### 9. Código de Ética

Todos os integrantes da equipe do SICOOB CECREMEF aderiram, em 2012 por meio de compromisso firmado, ao código de ética e de conduta profissional proposto pela Confederação Nacional das Co- operativas do SICOOB – SICOOB CONFEDERAÇÃO. A partir de então, todos os novos funcionários, ao ingressar na cooperativa, assumem o mesmo compromisso.

### 10. Sistema de Ouvidoria

A ouvidoria, constituída em 2007 representou um importante avanço a serviço dos cooperados, dispõe de diretor responsável pela área e de um ouvidor. Atende às manifestações recebidas por meio do sistema de ouvidoria do SICOOB, composto por sistema tecnológico específico, atendimento via DDG 0800 e sítio na internet integrado com o sistema informatizado de ouvidoria tendo a atribuição de assegurar o cumprimento das normas relacionadas aos direitos dos usuários de nossos produtos, além de atuar como canal de comunicação com os nossos associados e integrantes das comunidades onde estamos pre- sentes.

No exercício de 2015, a ouvidoria do SICOOB CECREMEF registrou 21 manifestações de cooperados sobre a qualidade dos produtos e ser- viços oferecidos pela Cooperativa. Dentre elas, havia reclamações, pedi- dos de esclarecimento de dúvidas e solicitações de providências relacio- nadas principalmente a atendimento, conta corrente, cartão de crédito e operações de crédito.

Das 21 reclamações, 15 foram consideradas procedentes e resolvi- das dentro dos prazos legais, de maneira satisfatória para as partes envolvidas, em perfeito acordo com o previsto na legislação vigente. As demais foram consideradas improcedentes.

### Agradecimentos

Agradecemos aos nossos Associados pela preferência e confiança e aos colaboradores pela dedicação.

Rio de Janeiro, 8 de fevereiro de 2016.

### Diretoria Executiva

Francisco Carlos Bezerra da Silva  
Diretor Presidente

Marcos Machado de Almeida  
Diretor de Administração

Francisco Carlos Mesquita  
Diretor Auxiliar

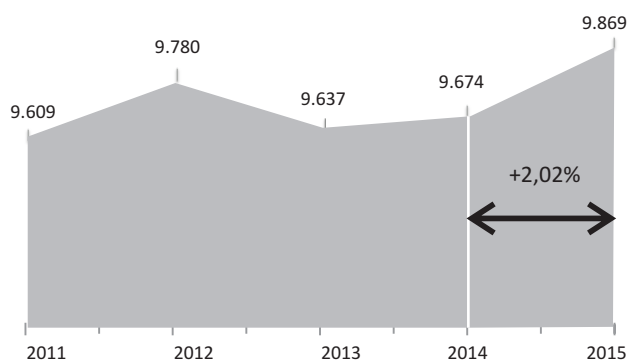
Joaquim José Vieira dos Santos  
Diretor Financeiro

Mina Fizman  
Diretora Social

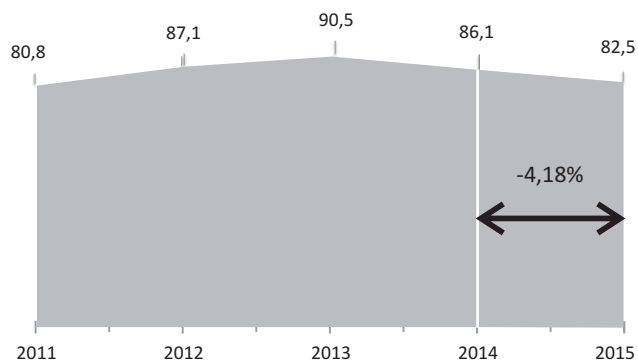
Agliberto Cravo Barroso  
Diretor Suplente

## INDICADORES

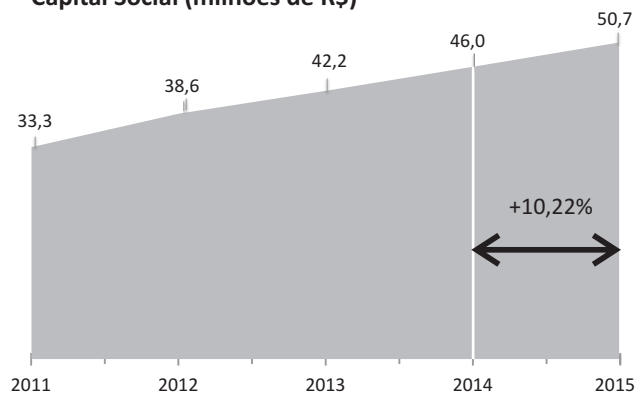
### Quadro Social



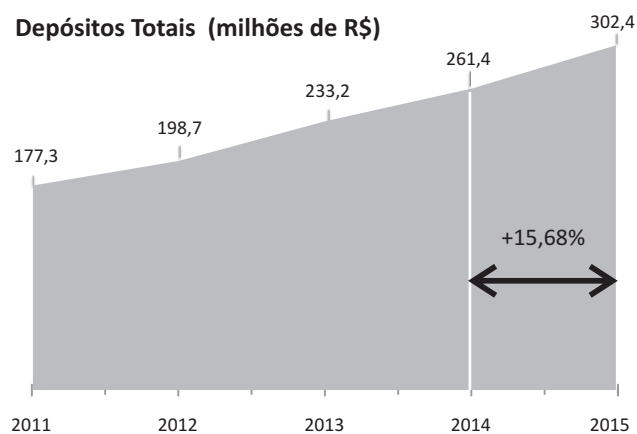
### Carteira de Crédito (milhões de R\$)



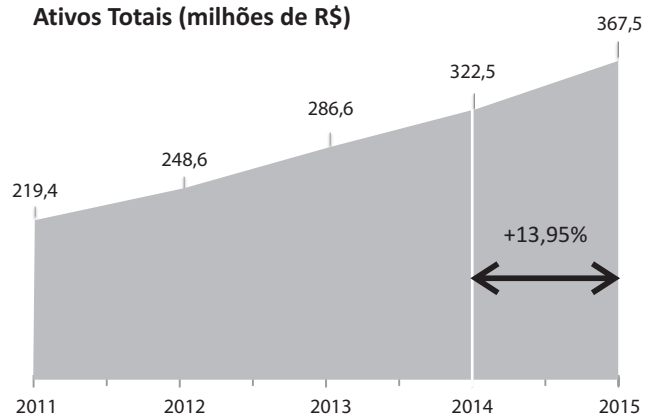
### Capital Social (milhões de R\$)



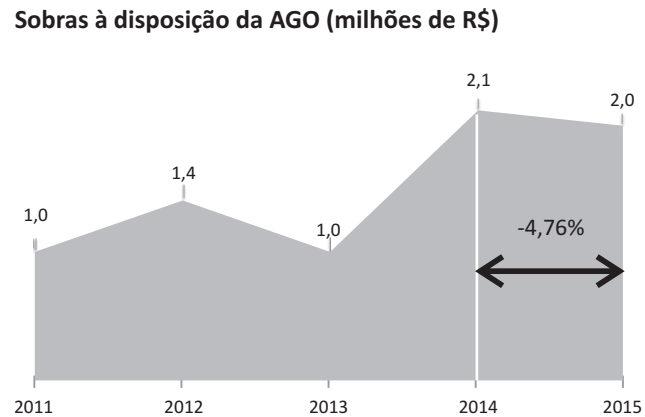
### Depósitos Totais (milhões de R\$)



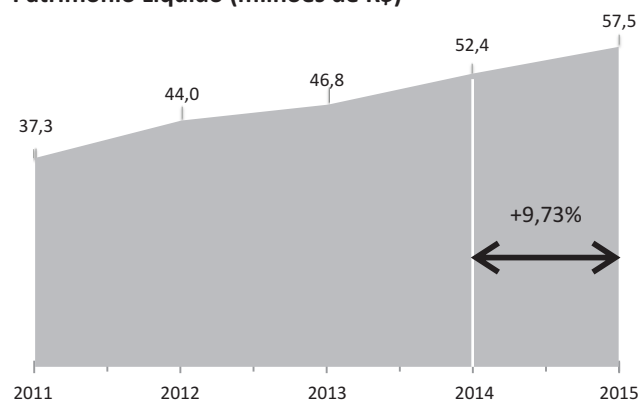
### Ativos Totais (milhões de R\$)



### Sobras à disposição da AGO (milhões de R\$)



### Patrimônio Líquido (milhões de R\$)



## BALANÇO PATRIMONIAL

Em Reais

ATIVO		31/12/2015	31/12/2014
<b>CIRCULANTE</b>		<b>308.164.736,72</b>	<b>259.502.535,37</b>
DISPONIBILIDADES	(NOTA 02)	394.931,49	320.027,81
RELAÇÕES INTERFINANCEIRAS	(NOTA 03)	275.476.737,68	228.100.345,38
Centralização Financeira - Cooperativas		275.476.737,68	228.100.345,38
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	(NOTA 04)	31.065.248,84	30.560.858,68
Operações de Crédito		31.789.832,51	30.560.858,68
(Provisão para Outros Créditos de Liquidação Duvidosa)		(724.583,67)	-
OUTROS CRÉDITOS	(NOTA 05)	1.126.999,86	433.685,16
Rendas a Receber		83.992,81	476,53
Diversos		1.300.228,80	433.208,63
(Provisão para Outros Créditos de Liquidação Duvidosa)		(257.221,75)	-
OUTROS VALORES E BENS	(NOTA 06)	100.818,85	87.618,34
Despesas Antecipadas		100.818,85	87.618,34
<b>NÃO CIRCULANTE</b>		<b>59.366.031,95</b>	<b>63.059.737,54</b>
REALIZÁVEL A LONGO PRAZO		49.971.098,66	54.271.096,62
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	(NOTA 04)	49.971.098,66	54.271.096,62
Operações de Crédito		50.747.294,88	54.271.096,62
(Provisão para Outros Créditos de Liquidação Duvidosa)		(776.196,22)	-
PERMANENTE		9.394.933,29	8.788.640,92
INVESTIMENTOS	(NOTA 07)	6.609.011,00	6.235.918,94
Outros Investimentos		9.690.011,31	9.316.919,25
(Provisões para Perdas)		(3.081.000,31)	(3.081.000,31)
IMOBILIZADO DE USO	(NOTA 08)	2.716.899,46	2.450.329,05
Imóveis de Uso		1.471.450,00	1.471.450,00
Outras Imobilizações de Uso		3.000.253,54	2.133.796,44
(Depreciação acumulada)		(1.754.804,08)	(1.154.917,39)
INTANGÍVEL	(NOTA 09)	69.022,83	102.392,93
Outros Ativos Intangíveis		747.667,28	743.089,67
(Amortização acumulada)		(678.644,45)	(640.696,74)
<b>TOTAL DO ATIVO</b>		<b>367.530.768,67</b>	<b>322.597.949,28</b>
PASSIVO		31/12/2015	31/12/2014
<b>CIRCULANTE</b>		<b>309.977.899,34</b>	<b>270.142.163,64</b>
DEPÓSITOS	(NOTA 10)	302.438.300,92	261.408.648,87
Depósitos à Vista		11.725.826,46	8.499.761,49
Depósitos a Prazo		290.712.474,46	252.908.887,38
OUTRAS OBRIGAÇÕES		7.539.598,42	8.733.514,77
Cobrança e Arrecadação de Tributos		5.354,54	4.566,44
Sociais e Estatutárias	(NOTA 11.1)	1.979.628,40	2.251.340,11
Fiscais e Previdenciárias	(NOTA 11.2)	287.372,71	702.955,55
Diversas	(NOTA 11.3)	5.267.242,77	5.774.652,67
<b>PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>		<b>57.552.869,33</b>	<b>52.455.785,64</b>
CAPITAL SOCIAL	(NOTA 13a)	50.759.198,82	46.040.867,52
De Domiciliados no País		50.978.502,79	46.161.563,58
(Capital a Realizar)		(219.303,97)	(120.696,06)
RESERVAS DE REAVALIAÇÃO	(NOTA 13b)	747.471,67	770.970,31
RESERVAS DE SOBRAS	(NOTA 13c)	4.006.654,34	3.542.840,32
SOBRAS OU PERDAS ACUMULADAS	(NOTA 13d-e)	2.039.544,50	2.101.107,49
<b>TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>		<b>367.530.768,67</b>	<b>322.597.949,28</b>

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

BALANÇO PATRIMONIAL – DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS – NOTAS EXPLICATIVAS  
PARECER DO AUDITOR INDEPENDENTE – PARECER DO CONSELHO FISCAL

2015

**DEMONSTRAÇÃO DE SOBRAS OU PERDAS**

Em Reais

Descrição das contas	2º SEMESTRE DE 2015	31/12/2015	31/12/2014
<b>INGRESSOS E RECEITAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA</b>	<b>11.875.121,58</b>	<b>23.149.329,74</b>	<b>21.504.237,50</b>
Operações de Crédito	11.875.121,58	23.149.329,74	21.504.237,50
<b>DISPÊNDIOS E DESPESAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA</b>	<b>(19.094.035,80)</b>	<b>(34.797.422,65)</b>	<b>(25.733.649,58)</b>
Operações de Captação no Mercado	(18.598.718,40)	(33.777.417,16)	(25.375.831,64)
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	(495.317,40)	(1.020.005,49)	(357.817,94)
<b>RESULTADO BRUTO DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA</b>	<b>(7.218.914,22)</b>	<b>(11.648.092,91)</b>	<b>(4.229.412,08)</b>
<b>OUTROS INGRESSOS E RECEITAS/DISPÊNDIOS E DESPESAS OPERACIONAIS</b>	<b>10.157.023,64</b>	<b>17.392.232,50</b>	<b>10.275.535,83</b>
Receitas de Prestação de Serviços	221.003,39	680.533,01	794.535,61
Rendas de Tarifas Bancárias	42.881,00	87.410,74	101.948,31
Despesas de Pessoal	(5.047.179,10)	(9.796.048,43)	(11.464.748,49)
Outras Despesas Administrativas	(2.295.594,03)	(4.445.993,19)	(4.796.154,80)
Despesas Tributárias	(38.741,82)	(87.274,84)	(97.409,68)
Outros ingressos/rendas operacionais (NOTA 16)	17.827.565,46	32.258.999,83	27.647.547,74
Outros dispêndios/despesas operacionais (NOTA 17)	(552.911,26)	(1.305.394,62)	(1.910.182,86)
<b>RESULTADO OPERACIONAL</b>	<b>2.938.109,42</b>	<b>5.744.139,59</b>	<b>6.046.123,75</b>
<b>RESULTADO NÃO OPERACIONAL (NOTA 18)</b>	<b>(19.212,39)</b>	<b>20.571,32</b>	<b>(157.297,17)</b>
<b>RESULTADO ANTES DA TRIBUTAÇÃO</b>	<b>2.918.897,03</b>	<b>5.764.710,91</b>	<b>5.888.826,58</b>
Provisão para Imposto de Renda	(12.362,05)	(64.751,26)	(63.723,77)
Provisão para Contribuição Social	(12.239,37)	(50.872,90)	(52.633,97)
Reversão da Reserva de Reavaliação		23.498,64	23.498,64
<b>RESULTADO ANTES DOS JUROS AO CAPITAL E DAS DESTINAÇÕES ESTATUTÁRIAS</b>	<b>2.894.295,61</b>	<b>5.672.585,39</b>	<b>5.795.967,48</b>
Juros ao Capital	(1.160.908,56)	(2.112.164,19)	(1.605.501,81)
<b>RESULTADO ANTES DAS DESTINAÇÕES ESTATUTÁRIAS</b>	<b>1.733.387,05</b>	<b>3.560.421,20</b>	<b>4.190.465,67</b>
F A T E S	-	(1.061.076,77)	(1.253.614,91)
Reserva Legal	-	(459.799,93)	(835.743,27)
<b>SOBRAS OU PERDAS LÍQUIDAS DO EXERCÍCIO/SEMESTRE</b>	<b>1.733.387,05</b>	<b>2.039.544,50</b>	<b>2.101.107,49</b>

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

## DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

	Capital Subscrito	Capital a Realizar	Reserva de Reavaliação	Reserva Legal	Sobras / Perdas Acumuladas	Total
<b>Saldos em 31/12/2013</b>	<b>42.347.565,09</b>	<b>(70.400,77)</b>	<b>794.468,95</b>	<b>2.706.051,87</b>	<b>1.045.089,72</b>	<b>46.822.774,86</b>
<b>Ajustes de Exercícios Anteriores</b>						
<b>Destinação de Sobras Exercício Anterior</b>						
Recuperação de Reservas	-	-	-	115,66	(115,66)	-
Em Conta Corrente do Associado	-	-	-	-	(1.003.247,42)	(1.003.247,42)
Ao Capital	15.589,78	-	-	-	(15.589,78)	-
Cotas de Capital à Pagar - Ex associados	-	-	-	-	(26.136,86)	(26.136,86)
<b>Movimentação de Capital</b>						
Por Subscrição/Realização	4.114.836,57	(50.295,29)	-	-	-	4.064.541,28
Por Devolução ( - )	(1.662.357,82)	-	-	-	-	(1.662.357,82)
Reversões de reservas	-	-	(23.498,64)	-	23.498,64	-
Sobras ou Perdas Líquidas	-	-	-	-	4.166.967,03	4.166.967,03
Recuperação de Reservas	-	-	-	929,52	-	929,52
Subscrição do Juros ao Capital	1.583.421,19	-	-	-	-	1.583.421,19
IRRF sobre Juros ao Capital	(237.491,23)	-	-	-	-	(237.491,23)
<b>Destinação das Sobras ou Perdas:</b>						
Fundo de Reserva	-	-	-	835.743,27	(835.743,27)	-
F A T E S	-	-	-	-	(1.253.614,91)	(1.253.614,91)
<b>Saldos em 31/12/2014</b>	<b>46.161.563,58</b>	<b>(120.696,06)</b>	<b>770.970,31</b>	<b>3.542.840,32</b>	<b>2.101.107,49</b>	<b>52.455.785,64</b>
<b>Movimentação de Capital</b>						
<b>Ajustes de Exercícios Anteriores</b>						
<b>Destinação de Sobras Exercício Anterior</b>						
Em Conta Corrente do Associado	-	-	-	-	(2.074.659,32)	(2.074.659,32)
Ao Capital	2.215,45	-	-	-	(2.215,45)	-
Cotas de Capital à Pagar - Ex associados	-	-	-	-	(24.232,72)	(24.232,72)
<b>Movimentação de Capital</b>						
Por Subscrição/Realização	4.510.284,41	(98.607,91)	-	-	-	4.411.676,50
Por Devolução ( - )	(1.788.184,94)	-	-	-	-	(1.788.184,94)
Recuperação de Reservas	-	-	-	4.014,09	-	4.014,09
Reversões de reservas	-	-	(23.498,64)	-	23.498,64	-
Sobras ou Perdas Líquidas	-	-	-	-	3.536.922,56	3.536.922,56
Subscrição do Juros ao Capital	2.092.624,29	-	-	-	-	2.092.624,29
<b>Destinação das Sobras ou Perdas:</b>						
Fundo de Reserva	-	-	-	459.799,93	(459.799,93)	-
F A T E S	-	-	-	-	(1.061.076,77)	(1.061.076,77)
<b>Saldos em 31/12/2015</b>	<b>50.978.502,79</b>	<b>(219.303,97)</b>	<b>747.471,67</b>	<b>4.006.654,34</b>	<b>2.039.544,50</b>	<b>57.552.869,33</b>

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

## DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA

Em Reais	2º SEMESTRE DE 2015	31/12/2015	31/12/2014
<b>ATIVIDADES OPERACIONAIS</b>			
Sobras/Perdas do Exercício	1.757.988,47	3.652.546,72	4.283.324,77
IRPJ / CSLL	(24.601,42)	(115.624,16)	(116.357,74)
Provisão para Operações de Crédito	(85.156,81)	148.005,85	121.582,04
Depreciações e Amortizações	177.887,52	381.128,41	232.546,78
<b>Sobras/Perdas do Exercício Ajustado</b>	<b>1.826.117,76</b>	<b>4.066.056,82</b>	<b>4.521.095,85</b>
<b>VARIAÇÃO DE ATIVOS E PASSIVOS OPERACIONAIS</b>			
Operações de Crédito	4.364.651,25	3.647.601,95	4.355.381,29
Outros Créditos	2.774.519,57	(693.314,70)	192.205,79
Outros Valores e Bens	(4.002,82)	(13.200,51)	(59.117,19)
Depósitos a Vista	5.401.129,16	3.226.064,97	82.832,73
Depósitos a Prazo	24.730.550,13	37.803.587,08	28.073.714,69
Outras Obrigações	(3.293.379,75)	(1.193.916,35)	2.216.184,94
<b>ATIVIDADES OPERACIONAIS Caixa Líquido Proveniente/ (Aplicado)</b>	<b>35.799.585,30</b>	<b>46.842.879,26</b>	<b>39.382.298,10</b>
Aplicação no Intangível	-	(4.577,61)	(38.951,97)
Baixa de Imobilizações de Uso	12.793,89	14.118,33	89.082,70
Inversões em Imobilizado de Uso	(66.554,82)	(497.050,77)	(669.293,22)
Inversões em Investimentos	(355.083,42)	(373.092,06)	(1.698.609,09)
Outros Ajustes	(40.078,13)	(91.142,30)	-
<b>ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS Caixa Líquido Proveniente/ (Aplicado)</b>	<b>(448.922,48)</b>	<b>(951.744,41)</b>	<b>(2.317.771,58)</b>
Aumento por novos aportes de Capital	2.058.574,95	4.411.676,50	4.064.541,28
Devolução de Capital à Cooperados	(598.501,48)	(1.788.184,94)	(1.662.357,82)
Destinação de Sobras Exercício Anterior - Reserva de Lucros	-	-	(115,66)
Destinação de Sobras Exercício Anterior Cotas de Capital a Pagar	-	(24.232,72)	(26.136,86)
Destinação de Sobras Exercício Anterior em C/C Associados	-	(2.074.659,32)	(1.003.247,42)
FATES Sobras Exercício	(1.061.076,77)	(1.061.076,77)	(1.253.614,91)
Amortização Rateio/Perdas	4.014,09	4.014,09	1.045,18
Subscrição do Juros ao Capital	2.092.624,29	2.092.624,29	1.583.421,19
IRRF sobre Juros ao Capital	-	-	(237.491,23)
<b>ATIVIDADES DE FINANCIAMENTOS Caixa Líquido Proveniente/ (Aplicado)</b>	<b>2.495.635,08</b>	<b>1.560.161,13</b>	<b>1.466.043,75</b>
<b>AUMENTO/DIMINUIÇÃO LÍQUIDA DE CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA</b>	<b>37.846.297,90</b>	<b>47.451.295,98</b>	<b>38.530.570,27</b>
No início do período	238.025.371,27	228.420.373,19	189.889.802,92
No fim do período	275.871.669,17	275.871.669,17	228.420.373,19
<b>VARIAÇÃO LÍQUIDA DAS DISPONIBILIDADES</b>	<b>37.846.297,90</b>	<b>47.451.295,98</b>	<b>38.530.570,27</b>

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

# COOPERATIVA DE ECONOMIA E CRÉDITO MÚTUO DOS EMPREGADOS DE FURNAS E DAS DEMAIS EMPRESAS DO SISTEMA ELETROBRAS LTDA. – SICOOB CECREMEF

## NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015 E 2014 (EM R\$)

A COOPERATIVA DE ECONOMIA E CRÉDITO MÚTUO DOS EMPREGADOS DE FURNAS E DAS DEMAIS EMPRESAS DO SISTEMA ELETROBRAS LTDA - SICOOB CECREMEF, é uma cooperativa de crédito singular, instituição financeira não bancária, fundada em 17/03/1961, filiada à CCC RIO DE JANEIRO LTDA – SICOOB CENTRAL RIO e componente da Confederação Nacional das Cooperativas do SICOOB – SICOOB CONFEDERAÇÃO, em conjunto com outras cooperativas singulares e centrais. Tem sua constituição e o funcionamento regulamentados pela Lei nº 4.595/1964, que dispõe sobre a Política e as Instituições Monetárias, Bancárias e Creditícias, pela Lei nº 5.764/1971, que define a Política Nacional do Cooperativismo, pela Lei Complementar nº 130/2009, que dispõe sobre o Sistema Nacional de Crédito Cooperativo e pela Resolução CMN nº 4.434/2015, do Conselho Monetário Nacional, que dispõe sobre a constituição e funcionamento de cooperativas de crédito.

O SICOOB CECREMEF possui 5 Postos de Atendimento (PAs) nas seguintes localidades: Botafogo-RJ, Centro-RJ, Angra dos Reis-RJ, Paraty-RJ e São José da Barra-MG

O SICOOB CECREMEF tem como atividade preponderante a operação na área creditícia, tendo como finalidade:

- (i) Proporcionar, através da mutualidade, assistência financeira aos associados;
- (ii) A formação educacional de seus associados, no sentido de fomentar o cooperativismo, através da ajuda mútua da economia sistemática e do uso adequado do crédito; e
- (iii) Praticar, nos termos dos normativos vigentes, as seguintes operações dentre outras: captação de recursos, concessão de créditos, prestação de garantias, prestação de serviços, formalização de convênios com outras instituições financeiras e aplicação de recursos no mercado financeiro, inclusive depósitos a prazo com ou sem emissão de certificado, visando preservar o poder de compra da moeda e remunerar os recursos.

### 1 – APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

As demonstrações contábeis são de responsabilidades da Administração da Cooperativa e foram elaborados de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, consideradas as alterações exigidas pelas Leis nº 11.638/2007 e nº 11.941/2009, adaptadas às peculiaridades da legislação cooperativista e às normas e instruções do Banco Central do Brasil – BACEN, bem como apresentadas conforme o Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional – COSIF. Consideram ainda, no que for julgado pertinente e relevante, os pronunciamentos, orientações e as interpretações técnicas emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC.

As demonstrações contábeis são uniformes em relação aos exercícios apresentados, sendo as possíveis mudanças de critérios ocorridas demonstrada em nota específica. A autorização para conclusão e emissão destas demonstrações contábeis foi dada pela administração em 08/02/2016.

Em aderência ao processo de convergência com as normas internacionais de contabilidade, algumas normas e suas interpretações foram emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), as quais serão aplicadas às instituições financeiras quando aprovadas pelo Banco Central do Brasil. Nesse sentido, os pronunciamentos contábeis recepcionados pelo Banco Central do Brasil e convertidos em Norma Brasileira de Contabilidade pelo Conselho Federal de Contabilidade são os seguintes: Redução ao Valor Recuperável do Ativo (CPC 01) – Resolução CFC nº 1.292/2010 e Resolução CMN nº 3.566/2008; Divulgação sobre Partes Relacionadas CPC 05 (R1) – Resolução CFC nº 1.297/2010 e Resolução CMN nº 3.750/2009; Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro (CPC 23) – Resolução CFC nº 1.179/2009 e Resolução CMN nº 4.007/2011; Demonstração dos Fluxos de Caixa CPC 03 (R2) – Resolução CFC nº 1.296/2010 e Resolução CMN nº 3.604/2008; Evento Subsequente (CPC 24) – Resolução CFC nº 1.184/2009 e Resolução CMN nº 3.973/2011; e Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes (CPC 25) – Resolução CFC nº 1.180/2009 e Resolução CMN nº 3.823/2009. Os demais pronunciamentos serão aplicáveis a partir de sua aprovação pelo órgão regulador.

### 2 – RESUMO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS

#### a) Apuração do resultado

Os ingressos/receitas e os dispêndios/despesas são registrados de acordo com o regime de competência.

As operações de crédito com taxas pré-fixadas são registradas pelo valor de resgate, e os ingressos e dispêndios correspondentes ao período futuro são apresentados em conta redutora dos respectivos ativos e passivos.

Os ingressos e dispêndios de natureza financeira são contabilizados pelo critério "pro-rata temporis" e calculados com base no método exponencial, exceto aquelas relativas a títulos descontados, que são calculadas com base no método linear.

As operações de crédito com taxas pós-fixadas são atualizadas até a data do balanço.

As receitas com prestação de serviços, típicas ao sistema financeiro, são reconhecidas quando da prestação de serviços ao associado ou a terceiros.

Os dispêndios e as despesas e os ingressos e receitas operacionais, são proporcionalizados de acordo com os montantes do ingresso bruto de ato cooperativo e da receita bruta de ato não-cooperativo, quando não identificados com cada atividade.

#### b) Estimativas contábeis

Na elaboração das demonstrações contábeis faz-se necessário utilizar estimativas para contabilizar certos ativos, passivos e outras transações. As demonstrações contábeis da Cooperativa incluem, portanto, estimativas referentes à provisão para créditos de liquidação duvidosa, à seleção das vidas úteis dos bens do ativo imobilizado, provisões necessárias para passivos contingentes, entre outros. Os resultados reais podem apresentar variação em relação às estimativas utilizadas. A Cooperativa revisa as estimativas e premissas, no mínimo, semestralmente.

(Valores expressos em reais – R\$)

#### c) Caixa e equivalente de caixa

Conforme Resolução CMN nº 3.604/2008, incluem as rubricas caixa, depósitos bancários e as relações interfinanceiras de curto prazo e de alta liquidez, com risco insignificante de mudança de valores e limites, com prazo de vencimento igual ou inferior a 90 dias.

O caixa e equivalente de caixa compreendem:

Descrição	31/12/2015	31/12/2014
Caixa e depósitos bancários	394.931,49	320.027,81
Relações interfinanceiras – centralização financeira	275.476.737,68	228.100.345,38
<b>TOTAL</b>	<b>275.871.669,17</b>	<b>228.420.373,19</b>

#### d) Operações de crédito

As operações de crédito com encargos financeiros pré-fixados são registradas a valor futuro, retificadas por conta de rendas a apropriar e as operações de crédito pós-fixadas são registradas a valor presente, calculadas "pro rata temporis", com base na variação dos respectivos indexadores pactuados.

A apropriação dos juros é interrompida após vencidas há mais de 60 dias. As operações classificadas como nível "H" permanecem nessa classificação por 6 meses, quando então são baixadas contra a provisão existente e controladas em conta de compensação, não mais figurando no balanço patrimonial.

#### e) Provisão para operações de Crédito

Constituída em montante julgado suficiente pela Administração para cobrir eventuais perdas na realização dos valores a receber, levando-se em consideração a análise das operações em aberto, as garantias existentes, a experiência passada, a capacidade de pagamento e liquidez do tomador do crédito e os riscos específicos apresentados em cada operação, além da conjuntura econômica.



As Resoluções CMN nº 2697/2000 e 2.682/1999 introduziram os critérios para classificação das operações de crédito definindo regras para constituição da provisão para operações de crédito, as quais estabelecem nove níveis de risco, de AA (risco mínimo) a H (risco máximo).

#### f) Depósitos em garantia

Existem situações em que a cooperativa questiona a legitimidade de determinados passivos ou ações movidas contra si. Por conta desses questionamentos, por ordem judicial ou por estratégia da própria administração, os valores em questão podem ser depositados em juízo, sem que haja a caracterização da liquidação do passivo.

#### g) Investimentos

Representados por quotas do SICCOB CENTRAL RIO, avaliadas pelo método de custo de aquisição.

#### h) Imobilizado

Equipamentos de processamento de dados, móveis, utensílios e outros equipamentos, instalações, edificações, veículos, benfeitorias em imóveis de terceiros e softwares, são demonstrados pelo custo de aquisição, deduzido da depreciação acumulada. A depreciação é calculada pelo método linear para baixar o custo de cada ativo a seus valores residuais de acordo com as taxas divulgadas em nota específica abaixo, que levam em consideração a vida útil econômica dos bens.

#### i) Intangível

Correspondem aos direitos adquiridos que tenham por objeto bens incorpóreos destinados à manutenção da Cooperativa ou exercidos com essa finalidade. Os ativos intangíveis com vida útil definida são geralmente amortizados de forma linear no decorrer de um período estimado de benefício econômico.

#### j) Ativos contingentes

Não são reconhecidos contabilmente, exceto quando a Administração possui total controle da situação ou quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis sobre as quais não cabem mais recursos contrários, caracterizando o ganho como praticamente certo. Os ativos contingentes com probabilidade de êxito provável, quando aplicável, são apenas divulgados em notas explicativas às demonstrações contábeis.

#### k) Demais ativos e passivos

São registrados pelo regime de competência, apresentados ao valor de custo ou de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias auferidas, até a data do balanço. Os demais passivos são demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e das variações monetárias incorridas.

#### l) Provisões

São reconhecidas quando a cooperativa tem uma obrigação presente legal ou implícita como resultado de eventos passados, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para saldar uma obrigação legal. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

#### m) Passivos contingentes

São reconhecidos contabilmente quando, com base na opinião de assessores jurídicos, for considerado provável o risco de perda de uma ação judicial ou administrativa, gerando uma provável saída no futuro de recursos para liquidação das ações, e quando os montantes envolvidos forem mensurados com suficiente segurança. As ações com chance de perda possível são apenas divulgadas em nota explicativa às demonstrações contábeis e as ações com chance remota de perda não são divulgadas.

#### n) Obrigações legais

São aquelas que decorrem de um contrato por meio de termos explícitos ou implícitos, de uma lei ou outro instrumento fundamentado em lei, aos quais a Cooperativa tem por diretriz.

#### o) Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda e a contribuição social sobre o lucro são calculados sobre o resultado apurado em operações consideradas como atos não-cooperativos (Art. 183 Decreto 3.000/1999). O resultado apurado em operações realizadas com cooperados não tem incidência de tributação (Art. 182 Decreto 3.000/1999).

#### p) Segregação em circulante e não circulante

Os valores realizáveis e exigíveis com prazos inferiores a 360 dias estão classificados no circulante, e os prazos superiores, no longo prazo (não circulante).

#### q) Valor recuperável de ativos – impairment

A redução do valor recuperável dos ativos não financeiros (impairment) é reconhecida como perda, quando o valor de contabilização de um ativo, exceto outros valores e bens, for maior do que o seu valor recuperável ou de realização. As perdas por "impairment", quando aplicável, são registradas no resultado do período em que foram identificadas.

Em 31 de Dezembro de 2015 não existem indícios da necessidade de redução do valor recuperável dos ativos não financeiros.

#### r) Eventos subsequentes

Correspondem aos eventos ocorridos entre a data-base das demonstrações contábeis e a data de autorização para a sua emissão. São compostos por:

- Eventos que originam ajustes: são aqueles que evidenciam condições que já existiam na data-base das demonstrações contábeis; e
- Eventos que não originam ajustes: são aqueles que evidenciam condições que não existiam na data-base das demonstrações contábeis.

Não houve qualquer evento subsequente para as demonstrações contábeis encerradas em 31 de dezembro de 2015.

### 3 – RELAÇÕES INTERFINANCEIRAS

Em 31 de dezembro de 2015 e 2014, as aplicações em Relações Interfinanceiras estavam assim compostas:

Descrição	31/12/2015	31/12/2014
Centralização Financeira – Cooperativas (a)	275.476.737,68	228.100.345,38
<b>TOTAL</b>	<b>275.476.737,68</b>	<b>228.100.345,38</b>

(a) Referem-se à centralização financeira das disponibilidades líquidas da Cooperativa, depositadas junto ao SICCOB CENTRAL RIO conforme determinado no art. 24, da Resolução CMN nº 4.434/15.

#### 4 – OPERAÇÕES DE CRÉDITO

a) Composição da carteira de crédito por modalidade

(Valores expressos em reais – R\$)

Modalidade	31/12/2015			31/12/2014
	Circulante	Não Circulante	Total	
Adiantamento a Depositante	30.203,26	-	30.203,26	40.032,67
Empréstimos	28.615.882,30	45.638.888,79	74.254.771,09	76.351.224,55
Títulos Descontados	1.289,61	-	1.289,61	27.802,07
Financiamentos	3.142.457,34	5.108.406,09	8.250.863,43	9.765.670,05
(-) Provisões para Operações de Crédito	(724.583,67)	(776.196,22)	(1.500.779,89)	(1.352.774,04)
<b>TOTAL</b>	<b>31.065.248,84</b>	<b>49.971.098,66</b>	<b>81.036.347,50</b>	<b>84.831.955,30</b>

b) Composição por tipo de operação, e classificação por nível de risco de acordo com a Resolução CMN nº 2.682/1999:

Nível / Percentual de Risco / Situação	Empréstimo TD	A.D. Cheque Especial Conta Garantida	Financiamentos	Total em 31/12/2015	Provisões 31/12/2015	Total em 31/12/2014	Provisões 31/12/2014
AA - Normal	5.959.306,63	-	-	5.959.306,63	-	2.370.209,98	-
A 0,5% Normal	53.979.686,35	70.277,27	5.952.308,82	60.002.272,44	(300.011,93)	57.805.010,95	(289.025,05)
B 1% Normal	7.009.479,84	1.459.366,05	665.999,61	9.134.845,50	(91.348,46)	18.682.703,13	(186.827,33)
B 1% Vencidas	609.880,61	1.674,57	774.853,75	1.386.408,93	(13.864,09)	690.772,07	(6.907,72)
C 3% Normal	2.539.938,40	379.155,75	421.696,39	3.340.790,54	(100.223,72)	4.251.475,66	(127.544,27)
C 3% Vencidas	579.954,67	-	266.158,48	846.113,15	(25.383,39)	625.124,02	(18.753,72)
D 10% Normal	168.740,45	150.849,08	-	319.589,53	(31.958,95)	572.833,44	(57.283,34)
D 10% Vencidas	198.766,46	-	50.857,42	249.623,88	(24.962,39)	222.743,08	(22.274,38)
E 30% Normal	199.768,90	2.101,60	18.470,52	220.341,02	(66.102,31)	58.546,37	(17.563,91)
E 30% Vencidas	179.312,26	-	-	179.312,26	(53.793,68)	193.083,88	(57.925,16)
F 50% Normal	781,36	1.220,72	-	2.002,08	(1.001,04)	132.406,65	(66.203,33)
F 50% Vencidas	161.230,35	-	-	161.230,35	(80.615,18)	89.069,03	(44.534,52)
G 70% Normal	22.737,84	5.934,08	-	28.671,92	(20.070,34)	-	-
G 70% Vencidas	50.582,49	-	-	50.582,49	(35.407,74)	109.399,22	(76.579,45)
H 100% Normal	112.019,59	4.432,39	-	116.451,98	(116.451,98)	31.981,49	(31.981,49)
H 100% Vencidas	439.066,25	-	100.518,44	539.584,69	(539.584,69)	349.370,37	(349.370,37)
<b>Total Normal</b>	<b>69.992.459,36</b>	<b>2.073.336,94</b>	<b>7.058.475,34</b>	<b>79.124.271,64</b>	<b>(727.168,73)</b>	<b>83.905.167,67</b>	<b>(776.428,72)</b>
<b>Total Vencidos</b>	<b>2.218.793,09</b>	<b>1.674,57</b>	<b>1.192.388,09</b>	<b>3.412.855,75</b>	<b>(773.611,16)</b>	<b>2.279.561,67</b>	<b>(576.345,32)</b>
<b>Total Geral</b>	<b>72.211.252,45</b>	<b>2.075.011,51</b>	<b>8.250.863,43</b>	<b>82.537.127,39</b>	<b>(1.500.779,89)</b>	<b>86.184.729,34</b>	<b>(1.352.774,04)</b>
<b>Provisões</b>	<b>(1.273.579,99)</b>	<b>(51.248,65)</b>	<b>(175.951,25)</b>	<b>(1.500.779,89)</b>		<b>(1.352.774,04)</b>	
<b>Total Líquido</b>	<b>70.937.672,46</b>	<b>2.023.762,86</b>	<b>8.074.912,18</b>	<b>81.036.347,50</b>		<b>84.831.955,30</b>	

(Valores expressos em reais – R\$)

c) Composição da carteira de crédito por faixa de vencimento:

(\*) Não inclui adiantamento a depositante, cheque especial, conta garantida e provisão para crédito de liquidação duvidosa.

(Valores expressos em reais – R\$)

Descrição	Até 90	De 91 até 360	Acima de 360	Total
Empréstimos	11.077.745,16	15.493.328,89	45.638.888,79	72.209.962,84
Títulos Descontados	1.289,61	-	-	1.289,61
Financiamentos	871.715,85	2.270.741,49	5.108.406,09	8.250.863,43
<b>TOTAL</b>	<b>11.950.750,62</b>	<b>17.764.070,38</b>	<b>50.747.294,88</b>	<b>80.462.115,88</b>

d) Composição da carteira de crédito por tipo de produto, cliente e atividade econômica:

(Valores expressos em reais – R\$)

Descrição	Conta Corrente	Empréstimo/ Financiamento	Título Descontado	31/12/2015	% da Carteira
Setor Privado - Serviços	3.491,58	54.121,31	1.289,61	58.902,50	0,07%
Pessoa Física	2.071.519,91	80.283.247,89	-	82.354.767,80	99,78%
Outros	0,02	123.457,07	-	123.457,09	0,15%
<b>TOTAL</b>	<b>2.075.011,51</b>	<b>80.460.826,27</b>	<b>1.289,61</b>	<b>82.537.127,39</b>	<b>100,00%</b>

e) Movimentação da provisão para créditos de liquidação duvidosa de operações de crédito:

Descrição	31/12/2015	31/12/2014
Saldo Inicial	(1.352.774,04)	(1.231.192,36)
Constituições	(18.963.752,47)	(357.817,68)
Reversões	18.200.968,73	-
Transferência para prejuízo	614.777,89	236.236,00
<b>TOTAL</b>	<b>(1.500.779,89)</b>	<b>(1.352.774,04)</b>

(Valores expressos em reais – R\$)

f) Concentração dos Principais Devedores:

Descrição	31/12/2015	% Carteira Total	31/12/2014	% Carteira Total
Maior Devedor	232.353,89	0,28%	210.468,53	0,24%
10 Maiores Devedores	1.670.232,44	1,98%	1.679.128,15	1,92%
50 Maiores Devedores	6.202.631,80	7,34%	6.104.339,96	6,98%

(Valores expressos em reais – R\$)

**g) Movimentação de Créditos Baixados Como Prejuízo:**

Descrição	31/12/2015	31/12/2014
Saldo inicial	2.280.618,53	2.135.099,24
Valor das operações transferidas no período	614.777,89	236.236,29
Valor das operações recuperadas no período	(18.530,13)	(90.717,00)
Valor dos descontos concedidos nas operações recuperadas	(5.922,05)	-
<b>TOTAL</b>	<b>2.870.944,24</b>	<b>2.280.618,53</b>

(Valores expressos em reais – R\$)

**5 – OUTROS CRÉDITOS**

Valores referentes às importâncias devidas à Cooperativa por pessoas físicas ou jurídicas domiciliadas no país, conforme demonstrado:

Modalidade	31/12/2015	31/12/2014
Rendas A Receber	83.992,81	476,53
Adiantamentos e Antecipações Salariais	92.194,02	-
Adiantamentos para Pagamentos de Nossa Conta	79.418,70	-
Adiantamentos por Conta de Imobilizações	749.638,24	-
Devedores por Depósitos em Garantia	32.360,32	-
Imposto de Renda a Recuperar	179,88	-
Títulos e Créditos a Receber	529,00	-
Devedores Diversos – País (a)	345.908,64	433.208,63
(-) Provisões Para Outros Créditos	(257.221,75)	-
<b>TOTAL</b>	<b>1.126.999,86</b>	<b>433.685,16</b>

(Valores expressos em reais – R\$)

(a) Devedores diversos, classificados no grupo de outros créditos do ativo, estão assim compostos: diferença de caixa (R\$ 29.960,00), pendências a regularizar (R\$ 181,06), seguros contratados a receber (R\$ 10.718,26), pendências a regularizar – Bancoob (R\$ 22.873,70), empresa conta descontos em folha (R\$ 257.221,75) e valores a receber – mensalidades (R\$ 24.953,87).

**6 – OUTROS VALORES E BENS**

Descrição	31/12/2015	31/12/2014
Despesas Antecipadas (a)	100.818,85	87.618,34

(Valores expressos em reais – R\$)

a) Registram-se no grupo, as despesas antecipadas, referentes a prêmios de seguros (R\$ 18.795,84), vale transporte (R\$ 6.317,85) e vale refeição/alimentação (R\$ 75.705,16).

**7 – INVESTIMENTOS**

O saldo é, substancialmente, representado por quotas do SICOOB CENTRAL RIO e ações do BANCOOB

Descrição	31/12/2015	31/12/2014
Participações em cooperativa central de crédito	6.609.011,00	6.235.918,94
Outras participações	3.081.000,31	3.081.000,31
(-) cotas da central	(3.081.000,31)	(3.081.000,31)
<b>TOTAL</b>	<b>6.609.011,00</b>	<b>6.235.918,94</b>

(Valores expressos em reais – R\$)

**8 – IMOBILIZADO DE USO**

Demonstrado pelo custo de aquisição, menos depreciação acumulada. As depreciações são calculadas pelo método linear, com base em taxas determinadas pelo prazo de vida útil estimado conforme ao lado:

(Valores expressos em reais – R\$)

Descrição	31/12/2015	31/12/2014	Taxa Depreciação
Terrenos - Reavaliações	282.000,00	282.000,00	-
Edificações	531.458,08	531.458,09	4%
Edificações - Reavaliações	657.991,92	657.991,91	2,5%
Instalações	1.720.910,68	864.500,27	10%
Móveis e equipamentos de Uso	527.602,37	537.383,98	10%
Sistema de Comunicação	6.946,00	9.771,00	10%
Sistema de Processamento de Dados	695.142,15	679.105,65	20%
Sistema de Segurança	49.652,34	43.035,54	10%
(-) Total Depreciação Acumulada	(1.754.804,08)	(1.154.917,39)	-
<b>TOTAL</b>	<b>2.716.899,46</b>	<b>2.450.329,05</b>	

**9 – INTANGÍVEL**

Nesta rubrica registram-se os direitos que tenham por objeto os bens incorpóreos, destinados à manutenção da companhia, como as licenças de uso de softwares.

(a) O valor registrado na rubrica “Intangível”, refere-se a softwares e direito de uso adquiridos.

(Valores expressos em reais – R\$)

Descrição	31/12/2015	31/12/2014
Outros Ativos Intangíveis (a)	747.667,28	743.089,67
(-) Amort. Acum. de Ativos Intangíveis	(678.644,45)	(640.696,74)
<b>TOTAL</b>	<b>69.022,83</b>	<b>102.392,93</b>

**10 – DEPÓSITOS**

Composto de valores cuja disponibilidade é imediata aos associados, denominado de depósitos à vista, portanto sem prazo determinado para movimentá-lo, ficando a critério do portador dos recursos fazê-lo conforme sua necessidade.

Composto também por valores pactuados para disponibilidade em prazos pré-estabelecidos, denominados depósitos a prazo, os quais recebem atualizações por encargos financeiros remuneratórios conforme a sua contratação em pós ou pré-fixada. Suas remunerações pós-fixadas são calculadas com base no critério de pro rata temporis, já a remunerações pré-fixadas são calculadas o prazo final das operações, tendo o valor futuro, a data do demonstrativo contábil, apresentado em conta redutora.

Os depósitos, até o limite de R\$ 250 mil (duzentos e cinquenta mil), por CPF/CNPJ, estão garantidos pelo Fundo Garantidor do Cooperativismo de Crédito (FGCoop), o qual é uma associação civil sem fins lucrativos, com personalidade jurídica de direito privado de abrangência nacional, regida

Descrição	31/12/2015	31/12/2014
Depósito à Vista	11.725.826,46	8.499.761,49
Depósito Sob Aviso	45.566.146,48	43.697.615,53
Depósito a Prazo	245.146.327,98	209.211.271,85
<b>TOTAL</b>	<b>302.438.300,92</b>	<b>261.408.648,87</b>

(Valores expressos em reais – R\$)

(Valores expressos em reais – R\$)

Descrição	31/12/2015	% Carteira Total	31/12/2014	% Carteira Total
Maior Depositante	19.121.539,89	6,32%	15.270.641,94	5,84%
10 Maiores Depositantes	41.760.284,48	13,81%	32.358.019,00	12,38%
50 Maiores Depositantes	85.375.387,81	28,23%	73.703.621,00	28,19%

pelo presente Estatuto e pelas disposições legais e regulamentares aplicáveis, conforme Resolução CMN nº4.284/13. As instituições associadas são todas as cooperativas singulares de crédito e os bancos cooperativos.

## 11 – OUTRAS OBRIGAÇÕES

### 11.1 Sociais e Estatutárias

(a) O FATES é destinado a atividades educacionais, à prestação de assistência aos cooperados, seus familiares e empregados da cooperativa, sendo constituído pelo resultado dos atos não-cooperativos e 30% das sobras líquidas do ato cooperativo, conforme determinação estatutária. A classificação desses valores em contas passivas segue determinação do Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional – COSIF.

Descrição	31/12/2015	31/12/2014
Resultado De Atos Com Associados (a)	1.061.239,19	1.253.781,32
Cotas De Capital A Pagar (b)	918.389,21	997.558,79
<b>TOTAL</b>	<b>1.979.628,40</b>	<b>2.251.340,11</b>

(Valores expressos em reais – R\$)

(b) Refere-se a cotas de capital a devolver de associados desligados.

### 11.2 Fiscais e Previdenciárias

As obrigações fiscais e previdenciárias, classificadas no passivo na conta de Outras Obrigações estão assim compostas:

(Valores expressos em reais – R\$)

Descrição	31/12/2015	31/12/2014
Provisão para impostos e contribuições/lucros	-	22.533,70
Impostos e contribuições a recolher	287.372,71	680.421,85
<b>TOTAL</b>	<b>287.372,71</b>	<b>702.955,55</b>

### 11.3 Diversas

(a) Refere-se a pagamento de fornecedores;

(b) Refere-se a provisão para pagamento de despesas com: pessoal (R\$ 1.132.302,87) e outras despesas administrativa (R\$ 199.420,37).

(c) A conta Credores Diversos – País está assim composta: outros credores diversos – país recebimento desconto em folha (R\$ 1.289.825,24), pendência a regularizar (R\$ 5.779,73), diferença de caixa (R\$ 386,04), pendência banco do brasil (R\$ 3.629,56), pendência a regularizar Bancoob (R\$ 2.200,23), créditos de terceiros (R\$ 428.571,90), transitória Mastercard –Maestro (R\$ 121.952,49), taxas de gravames a repassar (R\$ 6.858,90) e outros (R\$ 10.009,17).

Descrição	31/12/2015	31/12/2014
Obrigações Por Aquisição De Bens E Direitos (a)	26.066,09	23.853,37
Provisão Para Pagamentos a Efetuar (b)	1.331.723,24	2.209.254,49
Provisão Para Passivos Contingentes	2.040.240,18	1.816.612,02
Credores Diversos – País (c)	1.869.213,26	1.724.932,79
<b>TOTAL</b>	<b>5.267.242,77</b>	<b>5.774.652,67</b>

(Valores expressos em reais – R\$)

## 12 – INSTRUMENTOS FINANCEIROS

O SICOOB CECREMEF opera com diversos instrumentos financeiros, com destaque para disponibilidades, relações interfinanceiras, operações de crédito, depósitos à vista e a prazo.

Os instrumentos financeiros ativos e passivos estão registrados no balanço patrimonial a valores contábeis, os quais se aproximam dos valores justos.

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e 2014, a cooperativa não realizou operações envolvendo instrumentos financeiros derivativos.

## 13 – PATRIMÔNIO LÍQUIDO

### a) Capital Social

O capital social é representado por cotas-partes no valor nominal de R\$ 1,00 cada e integralizado por seus cooperados. De acordo com o Estatuto Social cada cooperado tem direito a um voto, independente do número de suas cotas-partes.

Descrição	31/12/2015	31/12/2014
Capital Social	50.759.198,82	46.040.867,52
Associados	9.869	9.674

(Valores expressos em reais – R\$)

### b) Reserva de Reavaliação

Conforme Laudo de Reavaliação do Imóvel, de uso próprio do SICOOB CECREMEF, realizado e aprovado em AGE em 29 de outubro de 2007, constituiu-se Reserva de Reavaliação no valor de R\$ 939.991,91, sendo para o Terreno R\$ 282.000,00 e a Edificação R\$ 657.991,91, apropriado em 480 meses e amortizado o valor mensal de R\$1.958,22.

### c) Reserva Legal

Representada pelas destinações estatutárias das sobras, no percentual de 13%, utilizada para reparar perdas e atender ao desenvolvimento de suas Atividades.

### d) Sobras Acumuladas

As sobras são distribuídas e apropriadas conforme Estatuto Social, normas do Banco Central do Brasil e posterior deliberação da Assembleia Geral Ordinária (AGO). Atendendo à instrução do BACEN, por meio da Carta Circular nº 3.224/2006, o Fundo de Assistência Técnica, Educacional e Social – FATES é registrado como exigibilidade, e utilizado em despesas para o qual se destina, conforme a Lei nº 5.764/1971.

Em Assembleia Geral Ordinária, realizada em 16/04/2015, os cooperados deliberaram pelo aumento do capital social. Foi registrado como sobra do exercício findo em 31 de dezembro de 2014, o valor de R\$ 2.215,45.

### e) Destinações estatutárias e legais

A sobra líquida do exercício terá a seguinte destinação:

(Valores expressos em reais – R\$)

Descrição	2015	2014
Sobra líquida do exercício	3.536.922,56	4.166.967,03
Realização da Reserva de Reavaliação	-	23.498,64
Sobra líquida, base de cálculo das destinações	3.536.922,56	4.190.466,67
<b>Destinações estatutárias</b>	-	-
Reserva legal – 13%	(459.799,93)	(835.743,27)
Fundo de Assistência Técnica, Educacional e Social – 30%	(1.061.076,77)	(1.253.614,91)
Realização da Reserva de Reavaliação	23.498,64	-
<b>Sobra à disposição da Assembleia Geral</b>	<b>2.039.544,50</b>	<b>2.101.107,49</b>

## 14 – RESULTADO DE ATOS NÃO-COOPERATIVOS

O resultado de atos não-cooperativos tem a seguinte composição:

Descrição	2015	2014
Receita de prestação de serviços	491.614,63	794.535,00
Despesas específicas de atos não cooperativos	(605.466,23)	(37.147,00)
Despesas apropriadas na proporção das receitas de atos não cooperativos	(123.506,11)	(726.042,00)
Resultado operacional	(237.357,71)	31.346,00
Receitas (despesas) não operacionais, líquidas	20.571,32	-
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	(216.786,39)	(111.358,00)
IRPJ/CSLL	(115.606,17)	26.346,00
<b>Resultado de atos não cooperativos (lucro líquido)</b>	<b>(332.392,56)</b>	<b>(85.012,00)</b>

## 15 – PROVISÃO DE JUROS AO CAPITAL

A Cooperativa provisionou juros ao capital próprio, visando remunerar o capital do associado. Os critérios para a provisão obedeceram a Lei Complementar 130, artigo 7º, de 17 de abril de 2009. A remuneração foi limitada ao valor da taxa referencial do Sistema Especial de Liquidação e de Custódia – SELIC. A referida provisão foi demonstrada na Demonstração de Sobras ou Perdas – DSP e na Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido – DMPL, conforme Circular BACEN nº 2.739/1997.

## 16 – OUTROS INGRESSOS/RENDAS OPERACIONAIS

Descrição	2º SEMESTRE 2015	2015	2014
Ingressos de Depósitos Intercooperativos	17.247.683,40	31.050.933,91	23.002.541,00
Recuperação de Despesas FGS	-	-	4.295.864,00
Outras (Recuperação de despesas e participações Sicoob Central Rio)	-	-	349.142,74
Recuperação de Encargos e Despesas	81.104,63	494.085,42	-
Outras Receitas Operacionais	498.777,43	713.980,50	-
<b>TOTAL</b>	<b>17.827.565,46</b>	<b>32.258.999,83</b>	<b>27.647.547,74</b>

(Valores expressos em reais – R\$)

## 17 – OUTROS DISPÊNDIOS/DESPESAS OPERACIONAIS

Descrição	2º SEMESTRE 2015	2015	2014
Descontos Concedidos Operações de Crédito	-	-	(1.558.938,00)
Fundo Garantidor	-	-	(244.946,00)
Outras Despesas Operacionais	(552.911,26)	(1.305.394,62)	(106.298,86)
<b>TOTAL</b>	<b>(552.911,26)</b>	<b>(1.305.394,62)</b>	<b>(1.910.182,86)</b>

(Valores expressos em reais – R\$)

## 18 – RESULTADO NÃO-OPERACIONAL

Descrição	2º SEMESTRE 2015	2015	2014
Outras Receitas Não Operacionais	5.739,15	45.702,50	38.073,30
Outras Despesas Não Operacionais	(24.951,54)	(25.131,18)	(195.370,47)
<b>TOTAL</b>	<b>(19.212,39)</b>	<b>20.571,32</b>	<b>(157.297,17)</b>

## 19 – PARTES RELACIONADAS

(Valores expressos em reais – R\$)

As partes relacionadas existentes são as pessoas físicas que têm autoridade e responsabilidade de planejar, dirigir e controlar as atividades da cooperativa e membros próximos da família de tais pessoas.

As operações são realizadas no contexto das atividades operacionais da Cooperativa e de suas atribuições estabelecidas em regulamentação específica.

As operações com tais partes relacionadas não são relevantes no contexto global das operações da cooperativa, e caracterizam-se basicamente por transações financeiras em regime normal de operações, com observância irrestrita das limitações impostas pelas normas do Banco Central, tais como movimentação de contas correntes, aplicações e resgates de RDC e operações de crédito.

As garantias oferecidas em razão das operações de crédito são avais.

Montante das operações ativas e passivas no exercício de 2015:

Montante das Operações Ativas	Valores	% em Relação à Carteira Total	Provisão de Risco
Montante das Operações Ativas	118.621,68	0,14%	(326,09)
Montante das Operações Passivas	3.194.384,81	1,06%	-
<b>TOTAL</b>	<b>3.313.006,49</b>	<b>-</b>	<b>(326,09)</b>

(Valores expressos em reais – R\$)

Operações ativas e passivas – saldo em 2015:

Natureza da Operação de Crédito	Valor da Operação de Crédito	PCLD (Provisão para Crédito de Liquidação Duvidosa)	% da Operação de Crédito em Relação à Carteira Total
Cheque Especial	1.941,58	(10,69)	0,00%
Empréstimo	116.680,10	(315,40)	0,14%

Natureza da Operação	Valor da Operação	% em Relação à Carteira Total	Taxa Média %
Depósito à vista	30.048,69	0,01%	-
Depósito a prazo	3.164.336,12	1,05%	1,08%

(Valores expressos em reais – R\$)

Foram realizadas transações com partes relacionadas, na forma de: depósito a prazo, cheque especial, conta garantida, cheques descontados, empréstimos, dentre outras, à taxa/remuneração relacionada no quadro ao lado, por modalidade:

(\*) Empréstimos disponíveis a todos associados com taxa 0,00%, relativo a passeios sociais organizados pela cooperativa.

Natureza das Operações Ativas e Passivas	Taxas Aplicadas em Relação às Partes Relacionadas	Taxa Aprovada pelo Conselho de Administração / Diretoria Executiva
Cheque Especial	2,88% a 3,58%	2,88% a 3,58%
Empréstimos (*)	0,00% a 2,92%	0,00% a 2,92%
Aplicação Financeira – TR	100%	100%
Aplicação Financeira	95% a 102,5% CDI	95% a 102,5% CDI

No exercício de 2015 os benefícios monetários destinados às partes relacionadas foram representados por honorários e custeio parcial de plano de saúde, apresentando-se da seguinte forma:

(Valores expressos em reais – R\$)

Benefícios Monetários no Exercício de 2015 (R\$)	
Honorários	722.000,00

## 20 – COOPERATIVA CENTRAL

A COOPERATIVA DE ECONOMIA E CRÉDITO MÚTUO DOS EMPREGADOS DE FURNAS E DAS DEMAIS EMPRESAS DO SISTEMA ELETROBRÁ LTDA - SICOOB CECREMEF, em conjunto com outras cooperativas singulares, é filiada à CCC RIO DE JANEIRO LTDA - SICOOB CENTRAL RIO, que representa o grupo formado por suas afiliadas perante as autoridades monetárias, organismos governamentais e entidades privadas.

O SICOOB CENTRAL RIO é uma sociedade cooperativista que tem por objetivo a organização em comum em maior escala dos serviços econômico-financeiros e assistenciais de suas filiadas (cooperativas singulares), integrando e orientando suas atividades, de forma autônoma e independente, através dos instrumentos previstos na legislação pertinente e normas exaradas pelo Banco Central do Brasil, bem como facilitando a utilização recíproca dos serviços, para consecução de seus objetivos.

Para assegurar a consecução de seus objetivos, cabe ao SICOOB CENTRAL RIO a coordenação das atividades de suas filiadas, a difusão e fomento do cooperativismo de crédito, a orientação e aplicação dos recursos captados, a implantação e implementação de controles internos voltados para os sistemas que acompanhem informações econômico-financeiras, operacionais e gerenciais, entre outras.

O SICOOB CECREMEF responde solidariamente pelas obrigações contraídas pelo SICOOB CENTRAL RIO perante terceiros, até o limite do valor das cotas-partes do capital que subscrever, proporcionalmente à sua participação nessas operações.

As demonstrações contábeis do SICOOB CENTRAL RIO, em 31/12/2015, foram auditadas por outros auditores independentes que emitiram relatório de auditoria sobre as demonstrações contábeis, datado de 12/02/2016, com opinião sem modificação.

## **21 – GERENCIAMENTO DE RISCO**

### **21.1 Risco operacional**

As diretrizes para o gerenciamento do risco operacional encontram-se registradas na Política Institucional de Risco Operacional que foi aprovada pela Diretoria Executiva e pelo Conselho de Administração do Sicoob Confederação, entidade responsável por prestar os serviços de gestão centralizada do risco operacional para as entidades do Sicoob.

O processo de gerenciamento do risco operacional consiste na avaliação qualitativa dos riscos por meio das etapas de identificação, avaliação, tratamento, testes de avaliação dos sistemas de controle, comunicação e informação.

As perdas operacionais são comunicadas à Área de Controles Internos que interage com os gestores das áreas e identifica formalmente as causas, a adequação dos controles implementados e a necessidade de aprimoramento dos processos, inclusive com a inserção de novos controles.

Os resultados são apresentados à Diretoria Executiva.

A metodologia de alocação de capital, para fins do Novo Acordo da Basileia, utilizada para determinação da parcela de risco operacional (RWAopad) é a Abordagem do Indicador Básico (BIA).

Em cumprimento à Resolução CMN 3.380/2006, encontra-se disponível no sítio do Sicoob ([www.sicoob.com.br](http://www.sicoob.com.br)) relatório descritivo da estrutura de gerenciamento do risco operacional.

### **21.2 Risco de Mercado e de Liquidez**

a) O gerenciamento dos riscos de mercado e de liquidez da Cooperativa objetiva garantir a aderência às normas vigentes e minimizar os riscos de mercado e de liquidez, por meio das boas práticas de gestão de riscos, na forma instruída na Resolução CMN 3.464/2007 e 4.090/2012.

b) Conforme preceituam os artigos 2º e 6º da Resolução CMN 4.388/2014, a Cooperativa aderiu à estrutura única de gestão dos riscos de mercado e de liquidez do Sicoob, centralizada no Banco Cooperativo do Brasil S.A. (Bancoob), que pode ser evidenciada em relatório disponível no sítio [www.sicoob.com.br](http://www.sicoob.com.br).

c) No gerenciamento dos riscos de mercado são adotados procedimentos padronizados de identificação de fatores de risco, de classificação da carteira de negociação (trading) e não negociação (banking), de mensuração do risco de mercado, de estabelecimento de limites de risco, de testes de stress e de aderência do modelo de mensuração de risco (backtesting).

d) No gerenciamento do risco de liquidez são adotados procedimentos para identificar, avaliar, monitorar e controlar a exposição ao risco de liquidez, limite mínimo de liquidez, fluxo de caixa projetado, testes de stress e planos de contingência.

e) Não obstante a centralização do gerenciamento dos riscos de mercado e de liquidez, a Cooperativa possui estrutura compatível com a natureza das operações e com a complexidade dos produtos e serviços oferecidos, sendo proporcional à dimensão da exposição ao risco de mercado da entidade.

### **21.3 Risco de Crédito**

a) O gerenciamento de risco de crédito da Cooperativa objetiva garantir a aderência às normas vigentes, maximizar o uso do capital e minimizar os riscos envolvidos nos negócios de crédito por meio das boas práticas de gestão de riscos.

b) Conforme preceitua o artigo 4º da Resolução CMN 4.388/2014, a Cooperativa aderiu à estrutura única de gestão do risco de crédito do Sicoob, centralizada no Banco Cooperativo do Brasil S.A. (Bancoob), a qual encontra-se evidenciada em relatório disponível no sítio [www.sicoob.com.br](http://www.sicoob.com.br).

c) Compete ao gestor a padronização de processos, de metodologias de análises de risco de clientes e de operações, de criação e de manutenção de política única de risco de crédito para o Sicoob, além do monitoramento das carteiras de crédito das cooperativas.

d) Não obstante a centralização do gerenciamento de risco de crédito, a Cooperativa possui estrutura compatível com a natureza das operações e com a complexidade dos produtos e serviços oferecidos, sendo proporcional à dimensão da exposição ao risco de crédito da entidade.

### **21.4 Gerenciamento de capital**

a) A estrutura de gerenciamento de capital da Cooperativa objetiva garantir a aderência às normas vigentes e minimizar o risco de insuficiência de capital para fazer face aos riscos em que a entidade está exposta, por meio das boas práticas de gestão de capital, na forma instruída na Resolução CMN 3.988/2011.

b) Conforme preceitua o artigo 5º da Resolução CMN 4.388/2014, a Cooperativa aderiu à estrutura única de gerenciamento de capital do Sicoob, centralizada na Confederação Nacional das Cooperativas do Sicoob Ltda. (Sicoob Confederação), a qual encontra-se evidenciada em relatório disponível no sítio [www.sicoob.com.br](http://www.sicoob.com.br).

c) O gerenciamento de capital centralizado consiste em um processo contínuo de monitoramento do capital, e é realizado pelas entidades do Sicoob com objetivo de:

I. avaliar a necessidade de capital para fazer face aos riscos a que as entidades do Sicoob estão sujeitas;

II. planejar metas e necessidade de capital, considerando os objetivos estratégicos das entidades do Sicoob;

III. adotar postura prospectiva, antecipando a necessidade de capital decorrente de possíveis mudanças nas condições de mercado.

d) Adicionalmente, são realizadas simulações de eventos severos em condições extremas de mercado, com a consequente avaliação de seus impactos no capital das entidades do Sicoob.

## **22 – COBRIGAÇÕES E RISCOS EM GARANTIAS PRESTADAS**

Em 31 de Dezembro de 2015, a cooperativa é responsável por cobrigações e riscos em garantias prestadas, no montante de R\$ 5.291.061,39, referente a movimentação de cartões de crédito de seus associados.

## **23 – SEGUROS CONTRATADOS – NÃO AUDITADO**

A Cooperativa adota política de contratar seguros de diversas modalidades, cuja cobertura é considerada suficiente pela Administração e agentes seguradores para fazer face à ocorrência de sinistros. As premissas de riscos adotados, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de auditoria das demonstrações contábeis, consequentemente, não foram examinadas pelos nossos auditores independentes.

## 24 – ÍNDICE DE BASILÉIA

O Patrimônio de Referência (PR) da cooperativa encontra-se compatível com o grau de risco da estrutura dos ativos, apresentando margem para o limite de compatibilização de R\$ 38.900.626,78, em 31 de dezembro de 2015.

## 25. CONTINGÊNCIAS PASSIVAS

Segundo a assessoria jurídica do SICOOB CECREMEF, dos processos judiciais em que figura como polo passivo, foram classificadas como perdas possíveis, totalizando R\$ 7.102.050,79.

Rio de Janeiro - RJ, 08 de fevereiro de 2016.

Francisco Carlos Bezerra da Silva  
Diretor Presidente

Marcos Machado de Almeida  
Diretor Administrativo

Joaquim José Vieira dos Santos Costa  
Diretor Financeiro

Rafael Dias  
Contador  
CRC/RJ 102099/O-7



## RELATÓRIO DE AUDITORIA SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

À Administração e aos Cooperados da

Cooperativa de Economia e Crédito Mútuo dos Empregados de Furnas e das Demais Empresas do Sistema Eletrobras Ltda. - SICOOB CECREMEF  
Rio de Janeiro - RJ

Examinamos as demonstrações contábeis da Cooperativa de Economia e Crédito Mútuo dos Empregados de Furnas e das Demais Empresas do Sistema Eletrobras Ltda. - SICOOB CECREMEF, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2015 e as respectivas demonstrações de sobras ou perdas, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

### Responsabilidade da administração sobre as demonstrações contábeis

A administração da Cooperativa de Economia e Crédito Mútuo dos Empregados de Furnas e das Demais Empresas do Sistema Eletrobras Ltda. - SICOOB CECREMEF é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

### Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações contábeis com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis estão livres de distorção relevante. Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações contábeis. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis da cooperativa para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da cooperativa. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

### Opinião

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Cooperativa de Economia e Crédito Mútuo dos Empregados de Furnas e das Demais Empresas do Sistema Eletrobras Ltda. - SICOOB CECREMEF em 31 de dezembro de 2015, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

São Paulo-SP, 26 de fevereiro de 2016.

Rui de Assis Vasconcelos  
Contador – CRC – MG 75.505/O-3 “S” RJ  
CNAI 1915



## PARECER DO CONSELHO FISCAL

Os membros do Conselho Fiscal da **Cooperativa de Economia e Crédito Mútuo dos Empregados de Furnas e das Demais Empresas do Sistema Eletrobrás Ltda. - SICOOB CECREMEF**, após procederem ao exame do relatório da administração e das demonstrações contábeis, relativos ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2015, verificaram a exatidão de todos os elementos apreciados, e, à vista do parecer da auditoria externa sem ressalvas da CNAC Confederação Nacional de Auditoria Cooperativa em 26/02/2016, entendem que esses documentos refletem adequadamente a situação patrimonial, a posição financeira e as atividades desenvolvidas pela Cooperativa no período.

Rio de Janeiro, 14 de março de 2016.

Ana Paula dos Santos Pereira, José Carlos Daniel Cruz, Mario Joaquim Corgo Ferreira, Mario Pasquale Bellafronte, Oswaldo Farelli Ferreira e Selma Cristina Santiago Baptista.



### MOVIMENTAÇÃO DO FATES – 2015

DESCRIÇÃO	2015	DESCRIÇÃO	2015
<b>(=) SALDO ACUMULADO 2014</b>	<b>1.253.781,32</b>	<b>ASSISTÊNCIA - ASSOCIADOS</b>	<b>1.899.542,07</b>
<b>(+) Recebimentos</b>	<b>2.269.044,71</b>	Auxílio Social	18.110,43
Contribuição Auxílio Social	15.771,25	Brindes Diversos	51.236,54
Dos Resultados	1.061.076,77	Bazar de Natal	3.937,64
Programa Odontológico	177.827,06	Programa Odontológico	76.561,40
Outras Contribuições	1.415,71	Projeto Qualidade de Vida	29.901,78
Passeios e Festas	917.356,45	Cursos Sociais	125.072,53
Lajedo	95.597,47	Curso Represent. Áreas Regionais	182.490,46
<b>(-) Pagamento - Aplicações</b>	<b>2.461.586,84</b>	Passeios e Eventos	1.094.981,74
Assistência - Associado	1.899.542,07	Lajedo	317.249,55
Assistência - Empregado	422.978,80	<b>ASSISTÊNCIA - EMPREGADO</b>	<b>422.978,80</b>
Despesa - Representação	139.065,97	Aux. Funcional (Educação Depend.)	224.265,20
<b>(=) SALDO FINAL</b>	<b>1.061.239,19</b>	Desenvolvimento de Equipe	107.841,47
		Confraternizações - Funcionários	38.948,88
		Programa Odontológico	51.923,25
		<b>DESPESAS - REPRESENTAÇÃO</b>	<b>139.065,97</b>
		Comunicação - Divulgação	53.810,59
		Eventuais	85.255,38
		<b>TOTAL DAS APLICAÇÕES</b>	<b>2.461.586,84</b>

(Valores expressos em reais – R\$)